

## “A NATUREZA DO JUÍZO” DE G.E. MOORE

### G.E.MOORE’S “THE NATURE OF JUDGMENT”<sup>1</sup>

MARCOS AMATUCCI\*\*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, BRASIL

“Verdade e falsidade”, diz o Mr. Bradley (Logic, p. 2), “dependem da relação entre nossas ideias e a realidade”. E ele segue imediatamente a explicar que, nesta declaração, “ideias” não devem ser entendidas significando meros “estados de minha mente [*mind*]<sup>2</sup>.”

As ideias, diz ele, de cuja relação com a realidade a verdade depende, são “meras ideias, signos [*signs*] de uma existência outra que as delas mesmas”, e este aspecto delas não deve ser confundido nem com sua existência em minha mente, nem com suas características particulares como tais existentes, as quais podem ser chamadas seus conteúdos. “Para a lógica pelo menos”, ele diz “todas as ideias são signos” (p. 5); e “um signo é todo fato que possui um significado [*meaning*]; enquanto “significado consiste na parte do conteúdo (original ou adquirido) recortado [*cut off*], fixado pela mente, e considerado à parte da existência do signo” (p. 4). Mas o próprio Mr. Bradley não permanece fiel a esta concepção da ideia lógica como a ideia de algo. Como tal, de fato, ela é apenas a ideia psicológica, relacionada, de fato, com aquilo que ela significa. Portanto, ele acha necessário, mais tarde, utilizar “ideia”, não como símbolo [*symbol*] mas com o simbolizado. Ideias, como significados, não como “fatos, os quais possuem significados”, “são”, diz ele (p. 8) “as ideias de que falamos, quando dizemos, sem ideias não há juízo”. E ele faz mostrar que “na predicação nós não utilizamos o fato mental, mas apenas o significado”; embora onde ele afirma “sem ideias não há juízo”, suas

<sup>1</sup> Moore, G. The nature of judgment. *Mind*, New Series, V. 8, n. 30, Abril de 1899 pp. 176-193.

\*\* Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, Brasil. Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2538668989160393>. E-mail: marcosamatucci@gmail.com.

<sup>2</sup> Nos termos de tradução usualmente mais problemática para a Filosofia, optei por declarar entre colchetes os termos originais quando de sua primeira ocorrência. Os números entre colchetes referem-se à paginação da publicação em *Mind*. (N. do T.)

palavras foram “não podemos julgar até que usemos as ideias *como* ideias. Devemos nos tornar conscientes de que elas não são realidades, que elas são meras ideias, signos de uma existência outra que delas mesmas.” Parece claro, então, que lá sua doutrina era que nós sim, na predicação, utilizamos o fato mental, mesmo que somente como signo; enquanto aqui sua doutrina é a de que nós não usamos o fato mental, nem como signo, mas apenas aquilo que ele significa. Ele passa apressadamente por cima desta importante transição com a frase: “Mas é melhor dizer que a ideia *é* o significado”. A questão certamente não é sobre ser “melhor dizer”, mas sobre se é verdade. [177]

Agora, ao argumento do Mr. Bradley de que “a ideia no juízo é o significado universal” eu não tenho nada a acrescentar. Parece-me conclusiva, como contra aqueles, dos quais têm havido um número excessivo, que têm tratado a ideia como um fato mental. Mas ele me parece infectado pelo mesmo erro que eles, tanto em sua falência preliminar em distinguir claramente se é do símbolo ou do simbolizado que ele está falando, quanto da sua descrição final da “ideia, como significado”, quando ele já decidiu definitivamente em seu favor. “Um significado”, ele diz, como vimos acima, “consiste de uma parte do conteúdo (original ou adquirido) recortado e fixado pela mente, e considerado à parte da existência do signo”. E novamente, “uma ideia”, se nós utilizarmos ideia do significado, não é nem dada, nem apresentada, mas tomada [*taken*] (p. 8). Se de fato, “o significado universal” fosse assim simplesmente uma parte do conteúdo de nossas próprias ideias, como estados mentais, e que, também, uma parte “recortada” por nossas próprias mentes, seria inteligível que “verdade e falsidade” ainda fossem ditas que “dependem da relação entre nossas ideias e a realidade.” Será nosso esforço mostrar, ao contrário, que a “ideia utilizada no juízo” não é parte do conteúdo de nossas ideias, nem produzido por nenhuma ação de nossas mentes, e que portanto verdade e falsidade não são dependentes da relação entre *nossas* ideias e a realidade.

Eu utilizarei no futuro o termo “conceito” para aquilo que o Sr. Bradley chama um “significado universal”; uma vez que o termo “ideia” é claramente repleto de ambiguidades, enquanto “conceito” e seu equivalente alemão “*Begriff*” tem sido mais proximamente apropriado para o uso em questão. De fato, há uma grande similaridade entre a descrição de Kant de seu “*Begriff*”, e a do Sr. Bradley de sua “ideia lógica”. Para Kant também é a “unidade analítica de consciência” que faz da “*Vorstellung*” [representação] ou ideia um “*conceptus communis*” ou “*gemeinsamer begriff*” (R.V., p. 116).

É nosso objetivo protestar contra esta descrição de conceito como uma “abstração” a partir de ideias.

A doutrina do Sr. Bradley conforme esquematizada [SKETCHED] acima, pressupõe que quando eu tenha uma ideia (*Vorstellung*) de algo, que [este] algo é ele mesmo parte do conteúdo de minha ideia. Esta doutrina, por enquanto, eu estou pronto a admitir; minha questão no momento é se, quando eu tenho uma ideia de algo, aquele algo não deve *também* ser considerado como outra coisa que parte do conteúdo de minha ideia. O conteúdo de uma ideia, conta-nos o Sr. Bradley, é o que a ideia é, ele é “uma característica que é diferente ou distinguível daquelas de outras” ideias, tratados como fatos mentais. Agora, antes que eu possa fazer qualquer juízo, na teoria do Sr. Bradley, uma parte desta característica “deve ser recortada [*cut off*] e fixada pela mente”. Mas minha questão é se nós podemos então separar parte da característica de nossas ideias, e atribuir aquela parte a alguma outra coisa, a menos que nós já conheçamos, em parte ao menos, o que é a característica da ideia da qual nós recortamos a parte em questão. Se este não é o caso, então nós já fizemos um juízo a respeito da característica de nossa ideia. Mas este juízo, novamente, requer, na teoria do Sr. Bradley, que eu tivesse uma ideia de minha ideia, e tivesse já recortado uma parte do conteúdo da ideia secundária, de maneira que eu possa fazer um juízo a respeito da ideia primária em questão. E similarmente é realmente impossível que eu conhecesse o que o conteúdo de minha ideia secundária é, até que eu tenha a seu turno, feito dela objeto de uma terceira ideia, recortando parte deste conteúdo terciário. E assim por diante *ad infinitum*. A teoria pareceria portanto demandar a completude de um infinito número de juízos psicológicos antes que qualquer juízo possa ser feito de fato. Mas uma tal completude é impossível; e portanto qualquer juízo é da mesma maneira impossível. Segue-se, portanto, se for para evitarmos esse absurdo, que a “ideia usada no juízo” deve ser outra coisa que não uma parte do conteúdo de qualquer ideia minha – a teoria do Sr. Bradley pressupõe que eu possa ter duas ideias, que possuem uma parte de seu conteúdo em comum, mas ao mesmo tempo nos obrigaria a descrever essa parte comum de conteúdos como parte do conteúdo de alguma terceira ideia. Mas o que se ganha com tal descrição? Se a parte do conteúdo desta terceira ideia é uma parte somente no mesmo sentido, como a parte comum das outras duas é uma parte de cada, então eu estou oferecendo uma explicação que pressupõe aquilo que era para ser explicado. Visto que se a parte, que é usada na explicação, é uma parte no único sentido que fará minha explicação ter significado, *i.e.*, uma parte existente, então é difícil enxergar como aquilo que pertence a uma ideia pode também pertencer a outras ideias e ainda permanecer um e o

mesmo. Em resumo, a ideia utilizada no juízo é de fato o “significado universal”; mas ela não pode, por aquela mesma razão, ser descrita como parte do conteúdo de qualquer ideia psicológica que seja.

Essas dificuldades, que são da mesma natureza do famoso *τριτος ανθρωπος*<sup>3</sup> levantadas contra as ideias platônicas hipostasiadas, provém inevitavelmente da tentativa de se explicar o conceito em termos de algum fato existente, seja mental ou de alguma outra natureza. Todas as explicações deste tipo de fato pressupõem a natureza do conceito, como um *genus per se* [gênero em si mesmo], irreduzível [179] a qualquer outra coisa. O conceito não é um fato mental, nem qualquer parte de um fato mental.

A identidade de conteúdo é pressuposta em qualquer raciocínio; e explicar a identidade de conteúdo entre dois fatos pela suposição de que aquele conteúdo seja parte do conteúdo de um terceiro fato, necessariamente envolve um círculo vicioso. Pois de maneira que o conteúdo do terceiro fato possa desempenhar este ofício, ele deve já ser suposto como os conteúdos dos outros dois, *i.e.*; tendo algo em comum com eles, e esta comunalidade de conteúdos é exatamente o que se propunha a explicar.

Quando, portanto, eu digo “esta rosa é vermelha”, eu não estou atribuindo parte do conteúdo de minha ideia à rosa, nem ainda atribuindo partes do conteúdo de minhas ideias de rosa e vermelho juntas a algum terceiro assunto. O que estou afirmando é uma conexão específica de certos conceitos formando o conceito total “rosa” com os conceitos “esta” e “agora” e “vermelha”; e o juízo é verdadeiro se tal conexão é existente. Similarmente, quando digo “a quimera tem três cabeças”, a quimera não é uma ideia em minha mente, nem nenhuma parte de tal ideia. O que eu pretendo [*mean*] afirmar não é nada acerca de meus estados mentais, mas uma conexão específica de conceitos. Se o juízo é falso, não é porque minhas *ideias* não correspondem à realidade, mas porque uma tal conjunção de conceitos não pode ser encontrada entre as existentes. Com isso então, abordamos a natureza da proposição ou juízo. A proposição é composta não de palavras, nem ainda de pensamentos, mas de conceitos. Conceitos são possíveis objetos de pensamento; mas isto não é a sua definição. Isto meramente afirma que eles podem entrar em relação com um pensador; e de maneira que eles *possam* fazer algo, eles necessitam antes *ser* algo. É indiferente à natureza deles se alguém pensa neles ou não. Eles são incapazes de mudar; e a relação na qual entram com o sujeito de conhecimento [*knowing subject*] não implica em ação ou reação. É uma relação

<sup>3</sup> *Terceiro homem* (em grego no original; acentos omitidos por limitação gráfica). Argumento aristotélico contra a teoria das ideias de Platão. Se por trás de cada homem há a ideia de homem, há uma terceira ideia em comum entre homem e ideia de homem (o “terceiro homem”); e assim *ad infinitum*. (N. do T.)

única a qual pode iniciar-se ou cessar com uma mudança no sujeito; mas o conceito não é nem causa nem efeito de tal mudança.

É de entidades deste tipo que uma proposição é composta. Nela certos conceitos mantêm relações específicas uns com os outros. E nossa questão agora é, em que uma proposição difere de um conceito, de maneira que ela possa ser ou verdadeira ou falsa.

À primeira vista é tentador dizer que a verdade de uma proposição depende de sua relação com a realidade; que qualquer proposição [180] é verdadeira se consiste numa combinação de conceitos que é de fato [*actually*] encontrada entre as existentes. Esta explicação foi mesmo de fato usada acima (p. 179), como uma explicação preliminar.

E é possível admitir-se que proposições nas quais este é o caso são verdadeiras. Mas se a verdade de uma proposição constituísse nisso, conceitos também poderiam em si mesmos serem verdadeiros. Vermelho seria um conceito verdadeiro, porque há de fato coisas vermelhas; e analogamente uma quimera seria um falso conceito, porque uma tal combinação não tem sido, nem será (até onde sabemos) encontrada entre as coisas existentes. Mas a teoria deve ser rejeitada como um caso extremo porque nem todas as proposições verdadeiras têm esta relação com a realidade. Por exemplo,  $2+2=4$  é verdade, quer existam duas coisas ou não. Além disso deve ser questionado aqui se os conceitos, dos quais a proposição consiste, sequer existam. Nós teríamos que estender nossa noção de existência para além da inteligibilidade para supor que 2 já tenha sido, ou será, um existente.

Pareceria, de fato, por este exemplo que uma proposição nada mais é que um conceito complexo. A diferença entre um conceito e uma proposição, em virtude da qual somente a última pode ser chamada verdadeira ou falsa, pareceria apoiar-se meramente na simplicidade da primeira. A proposição é uma síntese de conceitos; e, da mesma maneira que os conceitos são eles mesmos imutavelmente o que são, assim eles mantem-se em infinitas relações uns com os outros, igualmente imutáveis. A proposição é constituída por qualquer número de conceitos, junto com uma relação específica entre eles; e de acordo com a natureza desta relação a proposição pode ser tanto verdadeira quanto falsa. Que tipo de relação faz a proposição verdadeira, que tipo falsa, não pode ser definido para além disto, mas deve ser imediatamente reconhecido. E esta descrição aplicar-se-á também àqueles casos onde parece haver uma referência à existência. Existência é ela mesma um conceito; é algo a que atribuímos significado; e o grande corpo de proposições no qual existência é agregada a outros conceitos ou sínteses de conceitos, é simplesmente verdadeiro ou falso de acordo

com a relação a qual ela<sup>4</sup> mantém com eles. Não se está negando que este é um conceito peculiarmente importante; e que nós estejamos peculiarmente ansiosos para saber o que existe. Só se sustenta que existência é logicamente subordinada a verdade; que verdade não pode ser definida por referência a existência, mas existência apenas por referência a verdade. Quando eu digo “este artigo existe” eu devo pretender que esta proposição seja verdadeira. Se não for verdadeira, não é importante, e eu não posso ter interesse nela. Mas se é verdadeira, isso significa apenas que os conceitos que estão combinados em relações específicas no [181] conceito deste artigo, estão também combinados de uma maneira específica com o conceito de existência. Tudo o que existe é assim composto de conceitos necessariamente relacionados uns com os outros de maneiras específicas, e assim também para com o conceito de existência.

Eu estou totalmente ciente de quão paradoxal esta teoria deve parecer, e até desprezível. Mas ela me parece seguir de premissas geralmente admitidas, e ter sido evitada apenas por falta de consistência lógica. Eu assumo a prova do Sr. Bradley que o conceito é necessário para a verdade e a falsidade. Eu me esforço para mostrar, o que, devo confessar, parece-me perfeitamente óbvio, que o conceito não pode ser consistentemente descrito nem como existente, nem como parte de um existente, uma vez que é pressuposto na concepção de um existente. Similarmente, é impossível que verdade dependa de uma relação com existentes ou com um existente, uma vez que a proposição através da qual ela é assim definida necessita ela mesma ser verdadeira, e a verdade desta certamente não pode ser estabelecida, sem um círculo vicioso, através da exibição de sua dependência de um existente. Verdade, entretanto, certamente pareceria envolver ao menos dois termos, e alguma relação entre eles; falsidade envolve o mesmo; e portanto pareceria restar que nós consideramos verdade e falsidade como propriedades de certos conceitos, juntos com suas relações – um todo ao qual damos o nome de proposição.

Eu recorri do começo ao fim às regras da lógica; nem, se alguém rejeitá-las, deveria eu ter muito a temer de seus argumentos. Um recurso aos fatos seria inútil. Pois, de maneira a um fato poder servir de base a um argumento ele precisa primeiro ser colocado na forma de uma proposição, e, além disso, esta proposição necessita ser pressuposta verdadeira; e então deve ocorrer o dilema, se as regras da lógica devem ser aceitas ou não. E estas regras, uma vez aceitas, pareceriam por si só oferecerem uma confirmação de nossa teoria. Pois toda inferência verdadeira deve ser uma inferência a partir de uma proposição verdadeira; e que a

---

<sup>4</sup> A existência (N. do T).

conclusão segue da premissa deve novamente ser uma proposição verdadeira: de forma que aqui também pareceria que a natureza da proposição é o *datum* primitivo [*ultimate*]. Tampouco um recurso à matéria da proposição é mais útil que o anterior apelo aos fatos. Pode ser verdade que esta matéria seja dada à sensação, ou de outra maneira concebível. Nós não estamos preocupados com sua origem, mas com sua natureza; e sua natureza, se é para entrar numa proposição verdadeira, deve, concordamos com o Sr. Bradley, ser a natureza do conceito e não [182] outra: e então seguem-se as antigas conclusões. Tampouco é o caso, finalmente, de um círculo vicioso estar envolvido em nossa própria tentativa de estabelecer conclusões com respeito à verdade através de regras da lógica na qual aquela concepção é pressuposta. Pois nossa conclusão é que verdade é ela mesma um conceito simples; que é logicamente anterior a qualquer proposição. Mas um círculo vicioso ocorre somente onde a proposição é tomada como anterior a um conceito, ou uma proposição mais complexa (uma envolvendo mais conceitos) como anterior a outra que é mais simples. Processos lógicos válidos pareceriam ser de dois tipos. É possível começar de uma proposição mais complexa e considerar quais proposições estão envolvidas nela. Neste caso, as últimas devem sempre ser mais simples que a primeira; e elas podem ser verdadeiras mesmo que a primeira seja falsa. Ou é possível começar de uma proposição mais simples e deduzir uma que é mais complexa, por adição sucessiva de conceitos; o qual é o procedimento propriamente dedutivo exibido nas proposições de Euclides: e neste caso as premissas precisam ser verdadeiras, se a conclusão assim o é. Pode-se muito bem afirmar que ambos os procedimentos são sintéticos, no sentido de que os resultados a que se chega são diferentes das premissas, e meramente relacionados com elas. Num círculo vicioso, por outro lado, os dois procedimentos são confundidos. Um resultado obtido pelo primeiro dos dois processos que acabamos de descrever é tido como envolvendo a verdade de suas premissas. Então, quando dizemos que a natureza conceitual da verdade é envolvida no procedimento lógico, não cometemos nenhum círculo vicioso, uma vez que, desta maneira, nós não pressupusemos a verdade do procedimento lógico. Mas quando um existente é dito estar envolvido na verdade, um círculo vicioso é cometido, uma vez que a proposição “algo é verdade” na qual “algo existe” é suposto estar envolvido, necessita ele mesmo ser verdade, se for para o último ser também.

Parece necessário, então, considerar o mundo como formado por conceitos. Estes são os únicos objetos de conhecimento. Eles não podem ser considerados fundamentalmente como abstrações seja de coisas ou de ideias; uma vez que ambos da

mesma forma podem, se algo é para ser verdadeiro deles, serem compostos de nada além de conceitos. Uma coisa torna-se inteligível primeiro quando é analisada em seus conceitos constituintes. A diversidade material das coisas, a qual é geralmente tomada como ponto de partida, é apenas derivada; e a identidade do conceito, em várias coisas diferentes, a qual aparece naquele pressuposto como o problema da filosofia, irá agora, se tomada ao invés como o ponto de partida, tornar fácil a derivação. Duas coisas são então vistas serem diferenciadas pelas diferentes relações nas quais seus conceitos comuns mantêm com outros conceitos. A oposição [183] entre conceitos e existentes desaparece, uma vez que um existente é visto como sendo nada mais que um conceito ou complexo de conceitos mantendo uma relação única com o conceito de existência. Até a descrição de um existente como uma proposição (uma proposição existencial verdadeira) parece perder sua estranheza, quando se lembra que uma proposição deve aqui ser entendida, não como qualquer coisa subjetiva – uma asserção ou afirmação de algo – mas como a combinação de conceitos que é afirmada. Pois nós estamos familiarizados com a ideia de afirmar ou “postular” [*positing*] um existente, de conhecer objetos tanto quanto proposições; e a dificuldade até agora tem sido descobrir em que os dois processos eram aparentados. Agora parece que a percepção deve ser considerada filosoficamente como cognição de uma proposição existencial; e assim é aparente como isso pode fornecer uma base para a inferência, a qual exhibe uniformemente a conexão entre proposições. Reciprocamente, uma luz é lançada na natureza da inferência. Pois, enquanto não se poderia sustentar que a conclusão fosse conectada com as premissas apenas em meus pensamentos, e que uma inferência não fosse nada, se ninguém a estivesse fazendo, sentir-se-ia grande dificuldade relativa ao tipo de objetividade pertencente aos termos e sua relação, uma vez que a existência estaria sendo tomada como o padrão de objetividade. Esta dificuldade é removida, quando se reconhece que a relação das premissas com a conclusão é uma relação objetiva, no mesmo sentido em que a relação de existência com o que existe é objetiva. Não é mais necessário sustentar que as conexões lógicas devem, nalgum senso obscuro, existir, uma vez que existir é meramente manter-se numa certa conexão lógica.

Será aparente o quanto esta teoria tem em comum com a teoria da percepção de Kant. Ela difere principalmente por substituir as sensações, como dados de conhecimento, por conceitos; e pela recusa em considerar as relações que elas mantêm como, em algum sentido obscuro, o trabalho da mente. Ela rejeita a tentativa de explicar “a possibilidade de conhecimento”, aceitando a relação cognitiva como um *datum* primitivo ou pressuposto, uma



vez que ela mantém as objeções contra as quais o próprio Kant levantou uma explicação por causalidade, e [a teoria] não reconhece nenhum outro tipo de explicação senão aquele por meio de conexões lógicas com outros conceitos. Ela assim renuncia à suposta unidade de concepção garantida pelo Idealismo mesmo na forma kantiana, e mais ainda à alardeada redução de todas as diferenças à harmonia do “Espírito Absoluto” que marca o desenvolvimento hegeliano. Mas é importante salientar que ela retém a doutrina do transcendentalismo. Pois o transcendentalismo de Kant repousa na distinção entre proposições empíricas e *a priori*. Esta é uma distinção [184] que oferece uma correspondência notável àquela entre os juízos categóricos e hipotéticos; e, uma vez que um dos objetivos deste artigo é combater a visão que se inclina a tomar o juízo categórico como a forma típica, e tenta conseqüentemente reduzir a ele os juízos hipotéticos, não será fora de propósito dispender algum tempo discutindo a distinção de Kant.

O próprio Kant nos oferece dois pontos distintivos pelos quais um juízo *a priori* pode ser reconhecido. “Uma proposição”, diz ele, “a qual é pensada junto com sua necessidade é um juízo *a priori*”. E é absolutamente *a priori* somente se não pode ser deduzida de qualquer<sup>5</sup> proposição que não seja ela mesma uma proposição necessária. O segundo ponto distintivo do *a priori* é sua universalidade estrita. Mas desafortunadamente o próprio Kant parecer admitir a invalidez desta como ponto distintivo; uma vez que ele passa imediatamente a afirmar que uma universalidade empírica pode sustentar-se em todos os casos (“por exemplo, na proposição: Todos os corpos são pesados”), e, portanto, ser estritamente universal<sup>6</sup>. É verdade que Kant afirma que esta universalidade é meramente arbitrária. Nós devemos, diz ele, expressar nossas proposições na forma: “até onde pudemos observar até aqui, não há exceção a” regra que todos os corpos são pesados. Mas poderia parecer que tal qualificação pudesse afetar apenas a verdade de nossa proposição e não o seu conteúdo. Pode-se questionar se temos o direito de afirmar universalidade, mas é universalidade o que afirmamos. As limitações que Kant aponta como pertencentes à proposição podem ser propriamente expressas somente em termos da dúvida de se encontramos uma regra, afinal, e não da dúvida de se há exceções a ela. Pode não ser verdade que todos os corpos são pesados; mas sendo ou não verdade, trata-se de uma proposição universal. Não há diferença entre esta proposição e as *a priori*, tal como são, no que diz respeito à universalidade. E Kant dificilmente poderia desejar afirmar que a diferença repousa sobre sua veracidade. Pois esta

<sup>5</sup> *Any*. Em Português corrente, onde a dupla negação não se anula, seria “nenhuma” mas preferimos ferir a Língua para salvar a Lógica. O sentido é: uma proposição *a priori* só pode ser deduzida de outra. (N. do T.)

<sup>6</sup> R.V. p. 35 “Hartenstein, Ed. 1867”. (N. do A.)

proposição, ele admitiria, pode ser verdadeira; e se for, então seria *a priori*. Mas ele não admitiria a sugestão de que ela *pode ser a priori*: ele afirma que este não é o caso. A diferença entre o empírico e o *a priori*, se é a que há uma diferença, deve portanto estar em outro ponto distintivo que nesta universalidade, a qual Kant não obstante afirma ser “por si mesmo um critério infalível” (*ib.* p. 35). Podemos em seguida considerar se um tal ponto distintivo será encontrado na “necessidade”. Nesta investigação, também podemos muito bem examinar o seu exemplo “todos os corpos são pesados”, uma vez que a proposição pode [185] parecer pretender possuir necessidade também, da mesma maneira em que ela é indubitavelmente universal. Kant fala dela como “uma regra emprestada da experiência” (*ib.* p. 34). Por esta linguagem e pelo seu uso de “corpos são pesados”<sup>7</sup> como conversível com ela, ele pareceria sugerir que não basearia sua característica empírica somente em sua interpretação extensional. Se, como parece provável, ele permitiria que “corpo é pesado” ou “homem é mortal” serem igualmente proposições empíricas, então é claro que o que ele chama de empírico pode envolver necessidade. É certo, em todos os casos, que se for para entender por proposições empíricas somente aquelas que a experiência pode justificar, uma proposição do tipo “todos os corpos são pesados” não pode ser considerada como empírica. Ela é baseada na proposição “corpo é pesado”, com a qual, se for usada com propósitos de inferência, deve ser considerada conversível. Eu assumo, portanto, que Kant não teria refutado considerar “corpo é pesado” como uma proposição empírica. Pareceria certamente cair em sua classe de “regras extraídas da experiência”, enquanto que [a proposição] “todos os corpos são pesados” considerado somente como extensional não pode ser chamado de regra. O uso deste exemplo pareceria levar a importantes resultados com respeito à verdadeira definição de proposições empíricas.

Mas vamos primeiro retornar a “todos os corpos são pesados”; uma vez que mesmo este parece envolver em seu significado mesmo uma asserção de necessidade. Se for tomado puramente em extensão, ele deve ser resolvido em “este corpo, aquele corpo, aquele outro corpo, *ad infinitum*, são, têm sido e serão pesados”. Isto envolve, portanto, a proposição “este corpo é pesado”. Mas em qualquer proposição desta forma categorial simples, a noção de substância e atributo já está envolvida<sup>8</sup>. Sempre que um predicado é afirmado de um sujeito, isto implica que o sujeito é *uma coisa* [*a thing*]; que é algo caracterizado pela posse de certos atributos e capaz de possuir outros. “Este corpo é pesado” pressupõe, portanto, “corpo é

<sup>7</sup> Sem o quantificador. (N. do T.)

<sup>8</sup> Cf. R. V. p. 36 (N. do A.)

uma coisa, e peso é um mero atributo”. Pois não poderíamos converter a proposição em “peso é corpóreo”. Mas que “corpo é uma coisa” e que “peso é um atributo” pareceriam se proposições necessárias. Podemos de fato estar enganados em supor que são verdadeiras; mas se chegássemos a descobrir que peso não é um atributo, estaríamos obrigados a concluir que ele nunca foi nem nunca será, e não que tenha sido assim uma vez, mas cessou de sê-lo. Todos os juízos como este são verdadeiramente “pensados junto com suas necessidades”. Eles são necessários tanto quanto  $2+2=4$ . A diferença entre [186] as duas formas de proposição repousa não em que à primeira falte necessidade, nem ainda que implique na proposição “peso existe”, pois mesmo se peso não existisse, a proposição seria verdadeira. A proposição significa que peso não poderia ser outra coisa senão um atributo, e portanto, se formos tomar as palavras de Kant (p. 34) de maneira estrita, ele não pode ser empírico. Nesse respeito, portanto, está perfeitamente nivelado com “ $2+2=4$ ”; o qual também seria verdadeiro mesmo que não houvesse duas coisas. A diferença parece fazer, ao invés, na natureza dos conceitos dos quais a relação necessária é predicada. “Peso” pode existir; não é sem significado dizer “peso existe aqui e agora”, enquanto “atributo”, “dois” e outros conceitos como esses podem reivindicar apenas um tipo de existência precário, à medida em que eles são necessariamente relacionados a estas outras noções para as quais – e somente as quais – as proposições existenciais podem ser propriamente feitas.

Se, portanto, desejamos encontrar proposições que não envolvam necessidade<sup>9</sup>, devemos circunscrevermo-nos [*descend*] a proposições puramente existenciais – proposições que não envolvam as noções de substância e atributo. Somente essas podem nos ser verdadeiramente ensinados pela experiência, se a experiência “não pode nos ensinar que uma coisa não poderia ser de outra maneira” (p. 34). E mesmo estas estão livres de necessidade somente se elas são entendidas como afirmando algo em relação a uma parte factual [*actual*] do tempo factual. Elas devem envolver necessidade tão logo a distinção entre “isto é” e “isto era” é desconsiderada. Pareceria, de fato, ser um ponto distintivo do tipo de existência que é predicado, que ele é no tempo. Elas podem afirmar “isto existe” ou “isto existiu”, mas se elas assumem a forma geral “isto é”, este deve sempre ser entendido significar não mais do que “isto sempre foi, é agora e sempre será” e pode ser estritamente analisado em muitos juízos diferentes da mesma forma que o tempo é divisível em momentos separados.

<sup>9</sup> Mesmas estas envolvem as propriedades necessárias do tempo; mas este ponto pode ser deixado para consideração posterior. (N. do A.)

Se, portanto, a diferença entre o empírico e o *a priori* repousa primariamente, como Kant conclui [*implies*], na natureza do juízo, e não naquela do conceito, apenas proposições existenciais poderiam ser empíricas. De maneira a representar mesmo “este corpo é pesado” como uma proposição empírica, seria necessário analisá-la na forma “peso e as características de corpo existem aqui e agora”. Mas este certamente não é o significado todo. Devemos, portanto, supor que de maneira a obter uma definição clara do que Kant queria dizer por proposições empíricas, devemos baseá-la na natureza dos [187] conceitos usados nelas. Conceitos empíricos são aqueles que podem existir em partes do tempo. Esta parece ser a única maneira de distingui-los. E qualquer proposição na qual um conceito empírico entra pode ser chamado de empírica.

O próprio Kant de fato reconhece a necessidade envolvida em proposições tais como “este corpo é pesado”, embora, por razões que aparecerão a seguir, ele afirma isto de uma maneira um pouco diferente. O objetivo principal de sua “Analítica” é mostrar que qualquer juízo como este envolve uma “síntese da multiplicidade da intuição sensível, a qual é ‘necessária a priori’” (p. 126). Mas ele considera esta síntese como necessária mais para trazer meras percepções para a relação com a “unidade apercepção”, do que como diretamente envolvida no juízo empírico. Além disso, de modo a explicar como as formas de síntese podem ser aplicadas à multiplicidade, ele introduz o sentido interior como mediador, e descreve o juízo como convertendo uma conexão psíquica das representações em uma conexão objetiva em vez de aplicar as categorias a uma mera multiplicidade, a qual não pode ser propriamente descrita como psíquica. De acordo com isto ele dá como juízo empírico extremo, a partir do qual a aplicação de substância e atributo produz “corpos são pesados”, o juízo subjetivo “quando eu carrego um corpo, eu sinto a impressão de peso”; ao invés daquele dado acima, “peso e as características do corpo existem juntos”.<sup>10</sup> Ele não parece ver que seu julgamento subjetivo já envolve totalmente a categoria em questão. Uma afirmação sobre meus sentimentos é tão “objetiva”, no sentido requerido, quanto uma afirmação sobre o que é concebido como estando no espaço.

Com a definição acima, portanto, é óbvio por que “corpo é pesado” deveria ser chamado de empírico; enquanto que, se fosse requerida a ausência de necessidade como ponto distintivo, teria sido difícil encontrar uma razão. Pois esta proposição não somente envolve, a exemplo de “este corpo é pesado” ou “todos os corpos são pesados”, os juízos necessários de que corpo é uma coisa, e peso é um atributo, ela declara uma relação entre um

---

<sup>10</sup> P. 121, cf também Prolegomenos, p. 54n. (N. do A.)

“peso” e “corporeidade” tal como nenhuma experiência pode provar ou desaproveitar. Se nós encontrássemos um corpo que não fosse pesado, isto iria de fato nos levar a negar a verdade da proposição; mas tal imediatamente nos autorizaria à proposição necessária oposta “corpos não podem ser pesados”. E isto é exatamente o que vale para  $2+2=4$ . É talvez inconcebível para nós hoje que dois e dois não fizessem quatro; mas quando os números foram pela primeira vez descobertos, pode muito bem ter sido pensado que dois e dois fizesse três ou cinco. [188] Experiência, sem dúvida, deve ter sido o meio de produzir a convicção de que isto não era assim, mas que dois e dois faziam quatro. A necessidade da proposição, portanto, não é questionada pelo fato de que a experiência possa levá-lo a pensá-la verdadeira ou falsa. O teste de sua necessidade repousa meramente no fato de que ela deva ser ou verdadeira ou não verdadeira, e não pode ser verdadeira agora e não verdadeira no momento seguinte; enquanto que com uma proposição existencial é possível ser verdade que exista agora, e ainda *vir a ser* presentemente o caso que não é verdadeiro que exista. A dúvida acerca da verdade de “corpo é pesado” pareceria proceder principalmente de nossa incerteza acerca do que queremos dizer por “corpo” e por “pesado”. Não podemos reconhecer instanciações deles com uma precisão tão grande como reconhecemos instanciações de número; e portanto não podemos ter certeza de que a verdade de nossas proposições não possa ser derrubada. A proposição é arbitrária somente nesse sentido. Pareceria não haver dúvida do que queremos dizer quando afirmamos uma necessidade absoluta; mas entre quais conceitos precisamente, a relação necessária, da qual estamos certos, vale, devemos deixar a experiência descobrir.

Da análise exposta acima pareceria, portanto, que a verdadeira distinção sobre a qual se baseia a divisão de Kant de proposições em *a priori* e *a posteriori*, necessárias e empíricas, é a distinção entre conceitos que podem existir parte do tempo e conceitos que parecem ser totalmente cortados da existência, mas que dão origem a declarações de uma relação de necessidade absoluta. Kant pareceria incluir entre as proposições empíricas todas aquelas nas quais um conceito empírico é utilizado; se a proposição afirma uma relação necessária entre um conceito empírico e um *a priori*, ou entre dois conceitos empíricos. O que é importante ser enfatizado é que estes dois tipos de proposição não se distinguem pela ausência de pontos distintivos que ele dá para os *a priori*; eles ambos incluem ambos, necessidade e universalidade estrita. Proposições empíricas incluiriam portanto uma ampla gama de proposições, diferindo bastante no sentido de suas asserções. Elas parecem elevar-se de meras asserções da existência disto ou daquilo, do tipo “peso existe aqui e agora”; através de proposições da forma categorial usual “este corpo é pesado”, a qual inclui proposições necessárias em seu

significado, mas ao mesmo tempo implicam uma asserção de existência; para proposições que afirmam a existência em todo o tempo, enquanto ainda retém o elemento de necessidade incluído na última, como “todos os corpos são pesados”; e finalmente para aquelas proposições somente sobre as quais a validade da última classe pode ser baseada [189] – proposições que afirmam uma relação necessária, sem nenhuma implicação de existência, qualquer que seja, do tipo “corpo é pesado”. O único elemento comum em todas essas diferentes classes pareceria ser que todas elas fazem afirmações a respeito de algum conceito empírico, *i.e.*, um conceito que pode existir em uma parte de tempo real. A segunda e terceira classes são mistas e envolvem necessidade, porque há também incluída nelas uma afirmação a respeito de um conceito *a priori*. A todas elas Kant pareceria opor como proposições puramente *a priori*, aquelas que fazem uma afirmação somente a respeito de conceitos *a priori* e as quais por esta razão não podem implicar em uma afirmação de existência, uma vez que um conceito *a priori* é um que não pode existir no sentido limitado explicado acima.

A linha divisória, portanto, sobre a qual o transcendentalismo de Kant é baseado, pareceria cair entre proposições envolvendo conceitos empíricos e aqueles que não envolve nenhum deles; e um conceito empírico deve ser definido, não como um conceito dado pela experiência, uma vez que todos os conceitos são dados dessa maneira, mas como aquele que pode existir numa parte factual [*actual*] de tempo. Esta divisão é necessária para poder incluir todos os vários tipos de proposição que Kant inclui sob o termo empírico, muitos das quais envolvem conceitos *a priori*. Se a divisão fosse baseada na natureza das proposições, como tais, como Kant pretende baseá-las, vimos que somente as proposições existenciais puras poderiam ser pensadas como tendo o direito [*have a claim*] a formar uma classe própria, como proposições empíricas. Estas de fato obviamente formam a base de outra divisão; pois um conceito simples não pode ser conhecido como um que pudesse existir no tempo, exceto com base no fato de que ele existiu dessa maneira, está existindo, ou virá a existir. \*\*\* Mas temos agora que assinalar que mesmo as proposições existenciais possuem o ponto distintivo essencial que Kant designa a proposições *a priori* – que elas são absolutamente necessárias.

Foi dito que a distinção de tempo era primitiva para uma proposição existencial. Se isto é assim, é óbvio que as proposições necessárias, do tipo o qual Kant se propõe a estabelecer na estética, estão envolvidas nelas. Foi assinalado que uma proposição puramente existencial poderia apenas afirmar a existência de um conceito simples, todos os outros envolvendo os conceitos *a priori* de substância e atributo. Se agora tomamos a proposição existencial “vermelho existe”, nós temos um exemplo do tipo requerido. Sustenta-se que,

quando digo isto, o que quero dizer é que o conceito de “vermelho” e o conceito de “existência” mantém uma relação específica ambos um com o outro, e para com o conceito de tempo. Quero dizer que “vermelho [190] existe agora”, e assim implicam uma distinção de *sua* existência passada e futura. E esta conexão de vermelho e existência com o momento de tempo que quero dizer por “agora” pareceria ser tão necessária como qualquer outra conexão, seja qual for. Se isto é verdade, seu contraditório [*contradictory*] é tão plenamente impossível quanto o contraditório de  $2+2=4$ .

Mas a necessidade assim envolvida nas proposições existenciais não implica em abolir a importância da distinção de Kant entre empírico e *a priori*. Na medida em que ele tenta baseá-la no fato de que somente o que é empírico é “dado na experiência” e possa ser referido como “sentido” [*sense*], ela deve realmente ser abandonada; mas como contra os filósofos ingleses, que sustentam a mesma opinião sobre o conhecimento sensível [*sense-knowledge*], ela retém todo o seu peso. A Dedução Transcendental contém uma resposta perfeitamente válida ao ceticismo de Hume, e ao empirismo em geral. Filósofos desta escola geralmente tendem a negar a validade de qualquer proposição exceto aquelas sobre existentes. Pode-se dizer de Kant ter assinalado que em qualquer dessas proposições, as quais os empiristas consideraram ser o dado de conhecimento primitivo, senão o único, a mesma lógica sobre a qual eles confiaram para apoiar seus pontos de vista estava envolvida, não apenas a uniforme e necessária passagem do tempo, e as propriedades geométricas do espaço, mas também os princípios de substância e causalidade. De fato ele não prova, dessa maneira, a verdade dos axiomas e princípios em questão; mas ele mostra que eles são no mínimo igualmente válidos, e mais primitivos do que aqueles sobre os quais o empirismo se ergue. Embora, por conseguinte parece não ser mais possível sustentar como Kant sustentou, que a referência a existentes é necessária a qualquer proposição que reclame o título de “conhecimento”, e que a verdade de tais proposições pode por si só reclamar certeza *imediate*; embora, ao contrário, pareça que as proposições existenciais sejam apenas uma classe particular das proposições necessárias: ainda assim a dedução transcendental continua sendo importante. A dedução a partir da “possibilidade da experiência” de fato não representa realmente a natureza do argumento de Kant. Pois a possibilidade de experiência pressupõe que nós tenhamos uma experiência, e isto novamente significa que certas proposições existenciais são verdadeiras: mas isto não envolve a verdade de nenhuma proposição existencial particular; embora sua verdade esteja envolvida na delas. O que Kant realmente mostra é que espaço e tempo e as categorias estão envolvidas em proposições particulares; e este trabalho é de valor maior do

que a dedução da possibilidade da experiência poderia ter sido. Ele de fato não reconhece [191] que as proposições a partir das quais ele está deduzindo são elas mesmas necessárias, e que possam haver portanto outras proposições necessárias, com igual direito à certeza, que não são deduzidas delas. Ele portanto se imagina como tendo esgotado o campo do conhecimento; enquanto de fato ele apenas mostrou certas conexões lógicas dentro daquele campo. Além disso, a distinção de Kant entre espaço e tempo, de um lado, e as categorias, de outro, também retém seu valor, apesar de não podermos mais descrever suas diferenças gerais como ele fez. Antes, parece ser isto: que o tempo sozinho é suficiente para alguns tipos de experiência, ele somente parece estar envolvido no tipo mais simples de proposição existencial, *e.g.* “prazer existe”; e que, novamente, tempo e espaço juntos serão suficientes para responder pela possibilidade de outras peças [*pieces*] de conhecimento, sem o uso das categorias. É necessário fazer um conjunto renovado de pressupostos de proposições tais que mesmo Hume reconhecesse, e tais que sejam universais na ciência física, de maneira a encontrar os princípios de substância e acidente e causalidade implicados. Em todas as proposições como essas tempo e espaço são pressupostos também, mas estas categorias não estão implicadas em cada proposição envolvendo tempo e espaço.

As proposições existenciais mais simples devem então ser consideradas como proposições necessárias de uma espécie peculiar. Num dos tipos as propriedades necessárias de tempo estão envolvidas; em outro, as de espaço também. Mas apesar deste fato, o qual Kant assinala ser muito importante contra empiristas, nós não podemos considerar, junto com ele como estabelecendo a verdade da geometria e das correspondentes proposições sobre tempo. Pois proposições existenciais que são falsas, tanto quanto aquelas que são verdadeiras, envolvem a mesma proposição sobre espaço e tempo. Nenhuma proposição existencial de qualquer espécie parece ser detectável, a qual não possa ser falsa; nem mesmo o “cogito” é indubitável. Não podemos, portanto, tomar a “possibilidade da experiência”, em qualquer sentido possível, como garantia suficiente de nosso conhecimento de espaço e tempo; e devemos considerar as verdades da geometria como independentemente conhecidas por verdadeiras, exatamente da mesma forma que algumas proposições existenciais são assim conhecidas.

Similarmente, aquelas proposições que envolvem substância e atributo não são suficientes para estabelecer a verdade da proposição desta forma envolvida. A permanência da substância é, [192] de fato, Kant nos mostra, tão certa quanto as proposições empíricas que Hume tomou como as únicas certas. Mas sua verdade deve conhecida



independentemente delas, uma vez que isto está presente também em proposições falsas deste tipo. Isto seria de fato verdade caso quaisquer dessas proposições fossem verdadeiras ou não. Kant apenas nos ensinou que, se quaisquer delas são verdadeiras, isto deve ser assim da mesma forma. Ele falhou em ver que sua verdade pode ser afirmada imediatamente sobre a mesma base das deles; pois ele foi induzido a erro [*mislead*] pelo curso prévio da Filosofia, a supor que haveria algo mais imediatamente indubitável nelas. A verdade deles é, de fato, a última coisa da qual o senso comum duvida, a despeito de sua familiaridade com percepções errôneas. O mérito de Kant está em assinalar, o que ele próprio não reconheceu, que elas não serem duvidadas não prova que elas são indubitáveis; ou antes, que a dúvida que é lançada sobre algumas delas prova de forma conclusiva o que o senso comum, com sua satisfação [*contentment*] com regras que têm exceções, não percebe; que elas são altamente duvidáveis.

Nosso resultado então é o seguinte: que um juízo é universalmente uma combinação necessária de conceitos, igualmente necessária quer seja verdadeiro ou falso. Que ele deve ser ou verdadeiro ou falso, mas que sua verdade ou falsidade não pode depender de sua relação com qualquer outra coisa que seja, realidade, por exemplo, ou o mundo no espaço e no tempo. Pois estes ambos devem ser supostos existir, em algum sentido, se for para a verdade de nosso juízo depender deles; e então acaba que a verdade de nosso juízo não depende deles, mas do juízo que eles, sendo assim e assim, existem. Mas este juízo não pode, por sua vez, depender de nenhuma outra coisa, para sua verdade ou falsidade: sua verdade ou falsidade devem ser propriedades imediatas próprias e não dependerem de nenhuma relação que ele possa ter com outra coisa. E, se isto é assim, nós teremos removido todas as razões para a suposição que a verdade ou falsidade de outros juízos não sejam igualmente independentes. Pois o juízo existencial, o qual é pressuposto na referência de Kant à experiência ou na referência Sr. Bradley à realidade, acabou sendo, tanto quanto qualquer outro, meramente uma combinação necessária de conceitos, necessidade para a qual não podemos procurar fundamentos, e a qual não pode ser explicada como uma atribuição do que “é dado”. Um conceito não é em nenhum sentido inteligível, um “adjetivo”, como se houvesse algo substantivo, mais primitivo que ele. Porque nós devemos, se for para sermos consistentes, descrever o que parece ser o mais substantivo não mais do que uma coleção de tais adjetivos: e assim, no final, o conceito acaba sendo o único substantivo ou sujeito, e nenhum conceito nem mais nem menos adjetivo do que qualquer outro. De nossa descrição de um juízo, devem então, desaparecer todas as referências à nossa mente ou ao mundo.

Nenhum destes pode fornecer “fundamento” para qualquer coisa, salvo na medida em que eles forem juízos complexos. A natureza do juízo é mais primitiva que ambos, e menos primitiva apenas que natureza de seus constituintes – a natureza do conceito ou da ideia lógica.

---

Universidade Católica de Petrópolis  
Centro de Teologia e Humanidades  
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis  
Tel: (24) 2244-4000  
[synesis@ucp.br](mailto:synesis@ucp.br)  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



AMATUCCI, Marcos. “A NATUREZA DO JUÍZO” DE G.E. MOORE. *Synesis*, v. 9, n. 1, p. 196, jan/jul. 2017. ISSN 1984-6754. Disponível em:  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=1255>

---